

LORETO, Galdino Lins de Barros

*junta gov. ES 1891-1892; dep. fed. ES 1894-1905.

Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto nasceu em Águas Belas (PE) a 18 de fevereiro de 1866, filho de Galdino Eleutério Teixeira de Barros Loreto e de Luísa Lins de Albuquerque Barros.

De família de recursos modestos, seu pai, professor, faleceu antes que completasse sua formação em Recife, o que o obrigou a trabalhar para custear seus estudos. Coursou o Liceu de Artes e Ofícios, à noite. Ao se formar, tornou-se professor do ensino particular e começou a colaborar em órgãos literários. Fez o curso de direito, no qual se diplomou em 1888, enquanto continuava sua atividade no magistério, lecionando no liceu no qual estudara. Em abril de 1889 tornou-se funcionário do Tesouro da Província de Pernambuco, mas permaneceu poucos meses no cargo.

No início da República transferiu-se para o Espírito Santo, onde ocupou o cargo de promotor e depois juiz municipal em Guarapari, e também organizou uma escola noturna. Criada a Justiça Federal em outubro de 1890, foi nomeado juiz substituto no Espírito Santo. Em dezembro de 1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto, o que provocou a destituição dos governos estaduais ligados ao marechal Deodoro, entre os quais o do barão de Monjardim no Espírito Santo, Galdino foi indicado membro da junta governativa instalada no estado, ao lado do coronel Inácio Henrique de Gouveia e de Graciano dos Santos Neves. Sua escolha certamente foi determinada por políticos federais, pois não há qualquer registro, inclusive na imprensa, de sua participação na política estadual até aquele momento.

A junta governativa, instalada a 19 de dezembro de 1891, dissolveu a Assembleia estadual, restabeleceu como Constituição provisória o projeto elaborado no governo de Afonso Cláudio, e convocou e organizou eleições para uma nova Constituinte. Dissolveu também o Tribunal de Justiça e reorganizou-o, sob a presidência do ex-governador Afonso Cláudio. A Assembleia Constituinte foi instalada em 9 de abril de 1892, votou a Constituição com base

no projeto de Afonso Cláudio, e elegeu José de Melo Carvalho Muniz Freire presidente do estado, tendo como segundo vice-presidente Galdino Loreto. Ao assumir o governo a 3 de maio de 1892, Muniz Freire nomeou Galdino chefe de polícia, cargo equivalente ao atual secretário de Segurança Pública.

Nas eleições federais de 1894, Galdino foi incluído na chapa de candidatos à Câmara de Deputados do Partido Republicano Construtor (PRC). Daí em diante, integrou todas as chapas governistas até sua morte. Foi eleito para todas as legislaturas, exceto em 1906, quando foi reconhecida, pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, uma chapa dissidente do PRC encabeçada por Muniz Freire, e não a do então presidente estadual Henrique Coutinho. Em 1909 foi novamente eleito, mas faleceu antes do início da nova legislatura. No intervalo, ou seja, entre 1906 e 1909, foi deputado estadual. Quando o PRC se dividiu entre Muniz Freire e o presidente Henrique Coutinho em 1905, ficou ao lado deste e teve uma atuação importante em seu favor tanto na Câmara de Deputados quanto, sobretudo, na Assembleia estadual, bem como publicando artigos na imprensa do Rio de Janeiro. Em 1908, no governo de Jerônimo Monteiro, chefiou uma comissão encarregada de assinar um convênio com o estado de Minas Gerais, segundo o qual a questão de limites entre os dois estados, na região do alto vale do rio Itapemirim, seria resolvida por arbitramento.

Simultaneamente à carreira política, exerceu o jornalismo e o magistério, tendo sido professor catedrático da Escola Normal do Espírito Santo.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de abril de 1909.

Publicou *Devaneios literários* em 1886.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ASSEMB. LEGIS. ES. *Anais* (1906); *Comércio do Espírito Santo* (1896-1897, 1908-1909); *Estado do Espírito Santo* (1891-1904); *Jornal Oficial* (1906-1907); PEREIRA, A. *Homens*.